



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto da Contratação

Contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de gradis e portões metálicos novos nos Cartórios Eleitorais de São José/SC, conforme especificações e desenhos anexos. O imóvel localiza-se na Av. Litorânea, esquina Rua Luís Fagundes, São José/SC.

2. Fundamentação da Contratação

2.1. Motivação

A contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de gradis e portão metálicos, para o fechamento do terreno de propriedade do TRESA em São José/SC, é motivada pela necessidade de garantir segurança aos servidores e ao patrimônio público.

Os gradis existentes no terreno estão danificados pela ação do tempo e da agressividade ambiental causada pela maresia e esta contratação tem por objetivo substituir o cercamento que está com muitos pontos de corrosão e, em alguns locais, completa deterioração.

2.2. Objetivos e Benefícios

A implantação de novo cercamento e portões na edificação do TRESA, que abriga os cartórios Eleitorais de São José e o Arquivo Central, tem como objetivo proteger e resguardar o patrimônio público, além de garantir a segurança de servidores e usuários da Justiça Eleitoral.

2.3. Alinhamento Estratégico

Alinhamento Estratégico	Objetivos, Ações e Iniciativas
INI1.6 e SGP3	Esta contratação vai ao encontro das necessidades do negócio, não apresentando conflito com o Planejamento Estratégico e com os Objetivos Organizacionais relacionados à Gestão das Aquisições e Contratações.

2.4. Estudos Preliminares do Objeto

Para analisar a viabilidade, a estratégia e os riscos desta contratação foi realizado um Estudo Técnico Preliminar, que está disponível no PAE n. 55.374/2022.

2.5. Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

As quantidades especificadas estão diretamente relacionadas ao perímetro do terreno de propriedade do TRE-SC, Sede dos Cartórios Eleitorais de São José e Arquivo Geral do TRE-SC.

Id.	Bem / Serviço	Demanda Prevista	Quantidade a ser contratada
1	Telas em rolo, malha de 5x10, aço galvanizado, revestido com PVC de alta aderência.	260m	260m
2	Portão de giro	2 unidades (32,24m ²)	2 unidades (32,24m ²)
3	Portão de correr	3 unidades (24,89m ²)	3 unidades (24,89m ²)

2.6. Soluções Disponíveis e/ou Contratadas por outros Órgãos Públicos

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.7. Escolha e Justificativa do Objeto

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

2.8. Caracterização e Composição do Objeto

Fornecimento e instalação de gradis e portões metálicos, para o fechamento do terreno de propriedade do TRESC em São José/SC, seguindo as especificações abaixo elencadas.

- Retirada das cercas existentes no local (observar a segurança, retirando as cercas à medida que são instaladas as novas).
- Manutenção com reparos na fundação/ mureta existente em concreto armado, onde serão fixados os postes e telas para o fechamento do terreno. Inclusive pintura com tinta acrílica Premium na cor verde escura.
- Fornecimento e instalação de cercas em tela de aço galvanizado, revestido em PVC de alta aderência (próprio para região litorânea), rolo de 2,03m de altura x 25m, malha 5 x 10 cm, diâmetro do fio de, no mínimo, 2,5 mm. Estão inclusos neste item todos os elementos necessários à instalação e à fixação das telas, como: postes em aço galvanizado, diâmetro 2", espessura 2mm, revestimento em PVC ou pintura naval ou eletrostática a pó de poliéster, aparafusados na mureta de concreto com parafuso do tipo parabolt 3/8 X 3" em aço inox, fechamento em tampa plástica com proteção anti-UV, postes de escoramento, além de outros materiais eventualmente não mencionados, mas essenciais para o bom funcionamento do sistema.
- Fornecimento e instalação de 5 (cinco) portões, 2 (dois) de giro (duas folhas) e 3 (três) de correr. Ferragens em aço inoxidável (gonzos, ferrolhos e fechaduras bate e fecha) roldanas, rodízio e roletes em nylon, conforme projeto em anexo e especificações a seguir:

Id.	Características
1	Telas em aço galvanizado, 5X10cm, revestimento em PVC de alta aderência.
2	Postes de diâmetro igual a 2", espessura 2mm, com 2,08m de altura com pintura naval ou pintura eletrostática a pó de poliéster ou revestidos em PVC, na mesma cor da tela.
3	Portões de giro: fabricado em tubo em aço galvanizado circular de diâmetro 2", espessura 2mm, com pintura naval, eletrostática a pó de poliéster ou revestimento em PVC na cor verde; telas em malha 5x10cm, fio 2,5mm, incluindo gonzo 7/8, trava bate fecha em aço inoxidável, rodízio de 8" em material resistente à corrosão, e demais componentes para o fechamento e o bom funcionamento dos portões.
4	Portões de correr: fabricado em tubo em aço galvanizado circular de diâmetro 2", espessura 2mm, com pintura naval, eletrostática a pó de poliéster ou revestimento em PVC na cor verde; telas em malha 5x10cm fio, com espessura de no mínimo 2,5mm, incluindo trilho ½", galvanizado, com o dobro do tamanho do portão, guias e roletes de nylon 3x3,5cm com porca 3/8, roldanas de nylon e aço inox de 120mm canal "U" e trava bate fecha em aço inoxidável e demais componentes para o fechamento e o bom funcionamento dos portões.

Composição do objeto a ser contratado:

Id.	Bem / Serviço
1	Retirada das cercas e portões existentes - 260m.
2	Conserto da mureta (reparos no concreto) - 5m.
3	Telas 5X10cm, 2,5mm - 12 rolos de 25m



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

4	Postes circulares diâmetro 2", espessura 2mm - 92 un.
5	Postes escoras 2", 2mm – 18 unid.
6	Portões - 57,13m ² .
7	Fixação por parafusos parabolt 3/8" X 3" de aço inoxidável - 370 un.
8	Fixação por parafusos parabolt 3/8" X 5" de aço inoxidável - 18 un.
9	Fechaduras bate-fecha - 5 un.
10	Ferrolhos para uma das folhas dos portões de giro – 2 un.
11	Rodízios para abertura do portão de giro (Rua Luiz Fagundes), com 8", aço inoxidável e roda de nylon ou poliuretano – 2 un.
12	Demais componentes para o bom funcionamento do sistema

Serão inspecionados: o material das telas e postes; a firmeza na fixação; o número de pontos e os elementos de fixação indicados pelo fabricante; os portões (rigidez, segurança, travamento, fixação; abertura (movimentação e funcionamento); o acabamento final dos materiais (estado geral dos postes, gradis e portões) e dos serviços (revestimentos em argamassa e pintura das muretas).

ATENÇÃO

- Não foram consideradas perdas nos quantitativos.
- A empresa vencedora deverá fornecer todos os materiais e executar os serviços de acordo com os documentos disponibilizados pelo TRESC, com perfeito acabamento.
- ANTES do início da execução dos serviços, a empresa vencedora deverá conferir as medidas no local, bem como avaliar as condicionantes para a execução da contratação.

2.9. Serviços Adicionais

Não se aplica a esta contratação

2.10. Parcelamento e Adjudicação

Não cabe parcelamento do objeto, pois a execução deverá ser contínua e de mesma fabricação e técnica de instalação, sob pena de maus ajustes, firmeza e resultado final do cercamento e correta segurança no fechamento do terreno.

A adjudicação deverá, da mesma forma, ser global, tendo em vista que os serviços são correlatos e interdependentes.

2.11. Seleção do Fornecedor

2.11.1. Critérios de Habilitação

Em relação à **Qualificação Técnica**, deverá ser exigido:

Id.	Critério de Habilitação
1	Apresentar Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao Conselho Regional dos Técnicos – CRT, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, dentro de seu prazo de validade, em conformidade com o art. 30, I, da Lei n. 8.666/1993.
2	Comprovação de possuir no quadro da empresa profissional detentor de Certidão de Acervo Técnico – CAT(s) e/ou Termo de Responsabilidade Técnica – TRT(s), Anotação de Responsabilidade Técnica – ART(s) e/ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT(s) para acompanhar os serviços objetos deste Projeto Básico:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

	<p>a) O profissional supramencionado deverá estar devidamente registrado no CRT, CREA ou no CAU pela execução de serviços de características semelhantes ao objeto desta licitação (Instalação de Gradis, cercas e portões metálicos).</p> <p>b) O profissional indicado poderá ser substituído por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovado pela Administração do TRESC.</p>
3	<p>a) Apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a execução de serviços já realizados com características semelhantes ao objeto da licitação – Instalação de Gradis, cercas e portões metálicos.</p>

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, deverá ser exigido:

- a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de abertura da licitação; e,
- b) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

2.11.2. Critérios de Preferência e de Desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

2.12. Modalidade e Tipo de Licitação

Recomenda-se que a modalidade de licitação a ser adotada seja o Pregão Eletrônico e o tipo seja o de menor preço ou da proposta mais vantajosa para a Administração, considerando que se trata de fornecimento e instalação de objeto de natureza comum.

2.13. Impacto Ambiental

Os seguintes impactos ambientais podem ser decorrentes desta contratação:

- geração e descarte de resíduos;
- contaminação da rede pública de águas pluviais e esgoto com a lavagem de materiais de pintura.

Os resíduos de construção e demolição devem ser recolhidos por empresas licenciadas e descartados em locais autorizados pela Prefeitura do Município de São José, para reciclagem.

As embalagens vazias de tintas, feitas de plástico, papelão ou aço, devem ser encaminhadas para a reciclagem, através da coleta seletiva de lixo ou do direcionamento a cooperativas de catadores de materiais recicláveis ou pontos de entrega voluntária – PEVs.

Os resíduos da lavagem das ferramentas de pintura não devem ser jogados no tanque ou diretamente em bueiros, de forma a não contaminarem as redes públicas de água e esgoto.

Todo entulho gerado deverá ser removido e receber destinação final ambientalmente adequada, obedecendo às diretrizes estabelecidas pela Resolução CONAMA 307, de 5.7.2002, e pela Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei n. 12.305, de 2.8.2010, de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos.

O entulho deverá ser transportado por empresas qualificadas, que possuam licença ambiental e local de destino autorizados pela Prefeitura Municipal para a sua disposição final.

A subcontratação dos serviços de coleta, transporte e destinação final dos resíduos não isenta a CONTRATADA da responsabilidade por danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado destes resíduos.

2.14. Conformidade Técnica



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

As normas técnicas a serem seguidas estão abaixo elencadas.

- NBR 7678:1983 – Segurança na execução de obras e serviços de construção;
- NR 06 – Equipamento de Proteção Individual;
- NR 09 – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais;
- NR 18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção;
- Resolução CONAMA n.307, de 5.7.2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil;
- Resolução CONAMA n.469, de 29.7.2015, que altera o art. 3 da Res. CONAMA n.307:2002.

2.15. Obrigações da Proponente

- 2.15.1. A proponente deverá apresentar as especificações disponibilizadas pelo fabricante, em site da web, catálogo ou similar, do produto que pretende oferecer, a fim de comprovar a equivalência com os requisitos especificados no Edital, salvo quando o produto ofertado for o de referência.
- 2.15.2. A equivalência refere-se ao atendimento aos requisitos e critérios mínimos de desempenho especificados e normatizados, coincidência de aspectos visuais (aparência/acabamento), de materiais de fabricação e de funcionalidade. Caso não seja verificada a equivalência técnica, a licitante será desclassificada.
- 2.15.3. Restando alguma dúvida quanto ao objeto proposto, em razão das especificações, da marca ou do modelo / código / referência (se for o caso) indicados na proposta, será fixado prazo para que a proponente apresente amostra do objeto ou declaração expedida pelo fabricante de que o produto cotado possui as características especificadas no Edital, ou, ainda, preste esclarecimentos complementares, como condição necessária para a sua aceitação.
- 2.15.4. É recomendável a realização de visita técnica no local de realização dos serviços, anteriormente à abertura da licitação. A visita técnica deverá ser:
- previamente agendada com o Chefe da Seção de Engenharia e Arquitetura, através do endereço: cis-sea@tre-sc.jus.br, das 13 às 19 horas;
 - realizada pelo representante indicado pela empresa para os serviços;
 - acompanhada por representante do TRESC designado para esse fim.
- 2.15.5. A empresa que optar pela não realização da visita técnica, vindo a ser a contratada, não poderá alegar em nenhuma hipótese o desconhecimento do local da realização do serviço e suas peculiaridades como justificativa para se eximir das obrigações assumidas em consequência do presente certame.

2.16. Obrigações da Contratante

- 2.16.1. Autorizar o início dos serviços.
- 2.16.2. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no edital licitatório. Os pagamentos serão efetuados da forma definida no instrumento contratual, e vinculados à entrega dos serviços pela CONTRATADA, e sua aprovação pelo CONTRATANTE.
- 2.16.3. Promover a fiscalização da presente aquisição através dos representantes, o servidor titular da função de Chefe da Seção de Engenharia e Arquitetura, ou seu substituto, ou superior imediato, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.
- 2.16.4. Emitir pareceres no processo administrativo referente à execução dos serviços, em especial quanto à aplicação de sanções e alterações contratuais.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- 2.16.5. Conferir, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis os serviços executados pela CONTRATADA e autorizar o faturamento.
- 2.16.6. Exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, a comprovação das condições de habilitação exigidas nessa contratação.

2.17. Obrigações da Contratada

- 2.17.1. Antes de iniciar a fabricação/compra dos elementos, visitar o local de execução dos serviços para a conferência das medidas e conhecimento das condicionantes do projeto e interferências do sistema proposto em relação às instalações existentes.
- 2.17.2. Providenciar e entregar à Seção de Engenharia e Arquitetura/CIS/TRESC, antes de iniciados os serviços, o TRT, a ART ou o RRT devidamente pago(a), contemplando todos os serviços contidos neste Projeto Básico, bem como o número do contrato.
- 2.17.3. Executar os serviços sob a responsabilidade do profissional indicado no item 2.17.2.
- 2.17.4. Fornecer todos os dispositivos e acessórios, ferramentas, equipamentos e serviços essenciais ou complementares, eventualmente não mencionados nem especificados e/ou não indicados em desenhos e/ou tabelas de acabamento e/ou listas de materiais do projeto, mas imprescindíveis à completa e perfeita realização dos serviços.
- 2.17.5. Empregar todos os materiais necessários à execução dos serviços dentro da técnica adequada e das normas pertinentes, responsabilizando-se por reparos e pela reposição dos materiais danificados em virtude da execução dos serviços.
- 2.17.6. Corrigir quaisquer problemas que surjam na edificação em função da instalação das cercas e portões (problemas nos revestimentos de parede - emboço, reboco, pintura; problemas nos revestimentos de piso).
- 2.17.7. Executar os serviços mantendo as áreas de trabalho continuamente limpas e desimpedidas, observando o disposto na legislação e nas normas relativas à proteção ambiental, fazendo, inclusive, a remoção dos entulhos.
- 2.17.8. Manter os empregados uniformizados com a identificação da empresa e com os devidos equipamentos de higiene e segurança do trabalho, conforme NR-18 e legislações federais, estaduais e municipais relativas à segurança e medicina do trabalho.
- 2.17.9. Seguir todos os procedimentos de segurança, tanto para os funcionários, transeuntes e demais pessoas envolvidas no processo, bem como às normas locais, estaduais e federais pertinentes.
- 2.17.10. Promover o imediato afastamento, após o recebimento da notificação, de qualquer dos seus empregados que não corresponder à confiança ou perturbar a ação da equipe de fiscalização do TRESC.
- 2.17.11. Dirigir e manter sob sua inteira responsabilidade o pessoal adequado e capacitado de que necessitar, em todos os níveis de trabalho, para execução dos serviços, não tendo o TRESC nenhum vínculo empregatício com o referido pessoal.
- 2.17.12. Responsabilizar-se pelos encargos provenientes de qualquer acidente que venha a vitimar um ou mais dos empregados alocados na execução dos serviços contratados, assim como indenização que porventura daí originarem e por tudo mais quanto às leis sociais, trabalhistas e fiscais estabelecem.
- 2.17.13. Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados no local de execução do serviço, bem como por aqueles provocados em virtude dos serviços executados e equipamentos empregados.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- 2.17.14. Responsabilizar-se pelo pagamento de eventuais multas aplicadas por quaisquer autoridades federais, estaduais e municipais, em consequência de fato a ela imputável e relacionado com os serviços e fornecimento contratados.
- 2.17.15. Responsabilizar-se pela proteção e conservação dos serviços executados até sua entrega ao TRES.
- 2.17.16. Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, os serviços contratados, sem prévia anuência do TRES.
- 2.17.17. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 2.17.18. Substituir o material/refazer o serviço, no prazo de 10 (dez) dias que, após a entrega e aceite, durante o prazo de garantia, venha(m) a apresentar defeitos de fabricação ou quaisquer outros que, reincidentes em número igual ou superior a duas vezes, venham a dificultar ou impossibilitar a sua utilização, desde que para a sua ocorrência não tenha contribuído - por ação ou omissão - o TRES.
 - 2.17.18.1. Estando em mora o licitante vencedor, o prazo para substituição dos produtos e/ou refazimento do serviço não interromperá a multa por atraso prevista na licitação.
 - 2.17.18.2. Correrão à conta da contratada todas as despesas decorrentes da substituição do produto e/ou refazimento do serviço.
- 2.17.19. Proceder, ao final dos serviços, à limpeza e à remoção do material desnecessário e indesejável.

2.18. Custo estimado da contratação

Conforme planilha elaborada pela CCM.

3. Especificação Técnica Detalhada

3.1. Requisitos Técnicos

As especificações técnicas estão descritas no item 2.8.

3.1.1. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

A empresa licitante deverá indicar, no momento da licitação, a marca e a especificação completa dos seguintes produtos que serão utilizados na execução do contrato:

- Telas galvanizadas e revestidas em PVC de alta aderência, diâmetro do fio de, no mínimo, 2,5mm, malha 5 x 10 cm, altura igual a 2,03 m. Referência: Belgo Fortinet, da Belgo Cercas.
- Postes em aço galvanizado tubular, diâmetro igual a 2" (duas polegadas), espessura igual a 2mm, com revestimento em PVC de alta aderência ou pintura naval ou eletrostática a pó de poliéster, com tampas plásticas no topo. Referência: Belgo.
- Roldana para portão em dimensões e números adequados ao bom funcionamento do portão, em nylon, marca VONDER ou similar.
- Rodízio do portão, 8", em aço inoxidável, para pisos irregulares, locais sujeitos à intempérie e maresia. SCHIOPPA ou similar.
- Selador Acrílico. Referência: Marca Suvinil ou similar. Aplicação: muretas
- Tinta látex acrílica, acabamento fosco, na cor verde escura. Referência: Suvinil Fosco Completo Acrílico Premium, da Suvinil. Aplicação: muretas.

ATENÇÃO: A(s) empresa(s) proponente(s) deve(m) indicar apenas UMA marca e linha por material, pois a apresentação de mais de uma marca configura alternativa de proposta, dando ensejo à sua desclassificação.

Quaisquer dúvidas poderão ser sanadas junto à Seção de Engenharia e Arquitetura/CIS/TRES, das 13 às 19h, pelo e-mail cis-sea@tre-sc.jus.br



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

As marcas de referência, códigos e modelos citados prestam-se tão somente a determinar os requisitos que devem estar presentes no objeto pretendido (servem, portanto, como parâmetro de aferição das especificações exigidas para os produtos solicitados, afastando-se eventuais dúvidas que possam ser suscitadas – destarte, serão aceitos pela Administração, sem restrições, produtos similares ao indicado, que detenham as especificações daquele).

3.1.2. Códigos SIASG

16675: Instalação/manutenção – cerca/alambrado/telas.

3.1.3. Vigência

O Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto pela unidade responsável.

3.2. Modelos de Documentos

Não se aplica a esta contratação.

Florianópolis, em 21 de novembro de 2022.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I – Plano de Fiscalização

1. Execução e Gestão do Contrato

1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRE-SC e da Contratada

Após o recebimento do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRE-SC, a empresa deverá agendar visita técnica ao local de execução dos serviços para a conferência das medidas e avaliação das demais condicionantes do projeto.

A Chefe do Seção de Engenharia e Arquitetura, ou sua substituta ou superior imediato, acompanhará a execução dos serviços e receberá o objeto, conferindo as especificações descritas no Contrato.

A comunicação entre o TRESC e a Contratada poderá ocorrer pelos seguintes canais: por meio de mensagem por e-mail: cis-sea@tre-sc.jus.br; pessoalmente, no local da prestação dos serviços.

1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

Os serviços deverão ser realizados em até 30 (trinta) dias, contados a partir da **autorização emitida pela Seção de Engenharia e Arquitetura**. A autorização da SEA ficará condicionada ao cumprimento das seguintes obrigações do licitante vencedor no prazo de **até 5 (cinco)**, contados do recebimento do Contrato devidamente assinado pelos representantes do TRESC:

- a. Apresentar declaração formal de disponibilidade do profissional que se responsabilizará pelos serviços.
- b. Providenciar e entregar à Seção de Engenharia e Arquitetura do TRESC o Termo de Responsabilidade Técnica – TRT, a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, devidamente registrados nos devidos conselhos (CRT-SC; CREA-SC; CAU-SC), de execução dos serviços contratados.
- c. Se for o profissional responsável técnico for Engenheiro Civil, apresentar o visto do CREA de Santa Catarina, em conformidade com o que dispõe a Lei n. 5.194, de 24.12.1966, em consonância com o art. 1º da Resolução n. 1121, de 13.12.2019, do CONFEA, se a empresa for sediada em outra jurisdição e, conseqüentemente, inscrita no CREA de origem.
- d. Participar, dentro do período compreendido entre a assinatura do contrato e o início dos serviços, de reunião de alinhamento de expectativas contratuais a ser agendada pela SEA/CIS/TRESC no local onde serão realizados os serviços.
- e. Apresentar à SEA/CIS/TRESC licença de funcionamento da empresa responsável pelo transporte e destinação final dos resíduos de demolição, bem como autorização, emitida pela municipalidade, do local para a disposição dos resíduos.
- f. Fornecer à Seção de Engenharia e Arquitetura do TRESC a relação nominal de todo o pessoal envolvido diretamente na execução dos serviços, informando os respectivos números de Registro Geral do documento de identidade.

A CONTRATADA deverá agendar o início dos serviços em até **5 (cinco)** dias úteis contados da autorização emitida pela Seção de Engenharia e Arquitetura, por meio do e-mail cis-sea@tre-sc.jus.br.

Como os serviços serão executados em área externa, as condições climáticas devem ser satisfatórias, visto que a chuva pode acarretar prejuízos à qualidade final dos serviços.

A desmontagem da cerca e portões atuais deverá ser realizada à medida que a nova cerca for sendo instalada.

O TRESC disponibilizará os pontos de energia e fornecimento de água para a execução dos serviços.

Todas as medidas e cotas apresentadas em projetos são indicativas, devendo ser confirmadas no local.

O Gestor do Contrato somente atestará a Nota Fiscal/Fatura para pagamento, quando cumpridas, pela



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

CONTRATADA, todas as condições pactuadas.

1.3. Instrumentos Formais

Será firmado contrato com a empresa vencedora.

1.4. Prazos de Garantia

A CONTRATADA deverá prestar garantia dos serviços pelo período mínimo de 5 (cinco) anos, contados a partir do recebimento definitivo.

É obrigação da CONTRATADA a reparação dos vícios e dos defeitos verificados dentro do prazo de garantia dos serviços, tendo em vista o direito assegurado à Administração pelo art. 69 da Lei nº 8.666/93 e o art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

1.5. Acompanhamento do Contrato

Quaisquer dúvidas de projeto ou que eventualmente surjam durante a execução dos serviços deverão ser sanadas junto ao Gestor da Contratação, qual seja, o servidor titular da função de Chefe da Seção de Engenharia e Arquitetura, pelo telefone (48) 3251 7464 ou e-mail cis-sea@tre-sc.jus.br, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.

O Gestor da Contratação terá autoridade para:

- a) solicitar a imediata retirada de qualquer funcionário que não corresponda, técnica ou disciplinarmente, às exigências. Isso não deverá implicar em modificações de prazo ou de condições contratuais;
- b) exigir o cumprimento de todos os itens desta especificação;
- c) rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado para a execução dos serviços.
- d) esclarecer ou solucionar incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas nos projetos ou demais documentos, necessárias ao desenvolvimento dos serviços;
- e) aprovar materiais similares propostos pela CONTRATADA, avaliando o atendimento à composição, qualidade, garantia, preço e desempenho requeridos pelas especificações técnicas.
- f) determinar a suspensão da execução dos serviços, com a consequente suspensão de contagem do prazo, em caso de necessidade ou quando a realização dos serviços puder causar prejuízo às atividades do TRESC.

A existência desse acompanhamento não exime a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer ou depois dos serviços.

1.6. Recebimento Provisório e Definitivo

a) o recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado;

b) o recebimento definitivo dar-se-á em até:

- 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

- 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

1.7. Pagamento

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

1.8. Transferência de Conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

1.9. Direitos Autorais

Não se aplica a esta contratação.

1.10. Qualificação Técnica

Não se aplica a esta contratação.

1.11. Descumprimento Contratual e Penalidades

1.11.1. Ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não manter a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.

1.11.1.1. Serão aplicados os seguintes períodos de impedimento, de acordo com a infração cometida:

- a) não assinar o contrato ou não aceitar ou retirar a nota de empenho, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- b) deixar de entregar documentação exigida: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 1 (um) mês;
- c) fizer declaração falsa ou apresentar documentação falsa: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- e) não manter a proposta, inclusive deixando de apresentar amostra do produto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- f) falhar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;
- g) fraudar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 15 (quinze) meses;
- h) comportar-se de modo inidôneo: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses; e



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

i) cometer fraude fiscal: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 20 (vinte) meses.

1.11.1.2. As sanções previstas no subitem 1.11.1.1 poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.1.3. As penas previstas nas alíneas “a”, “b”, “d” e “e” do subitem 1.11.1.1 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, quando não tiver havido nenhum dano à Administração, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.1.4. Quando a ação ou omissão do licitante vencedor ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

1.11.2. Para os casos não previstos no subitem 1.11.1, se o licitante vencedor descumprir as condições do Edital, ficará sujeito às penalidades estabelecidas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.2.1. Consoante previsto na Portaria P n. 136, de 14 de outubro de 2021:

1.11.2.1.1. As infrações consideradas como leves serão penalizadas com a advertência;

1.11.2.1.2. As infrações consideradas como médias serão penalizadas com multa de 5% do valor total do contrato;

1.11.2.1.3. As infrações consideradas como graves serão penalizadas com multa de 10% do valor total do contrato;

1.11.2.1.4. As infrações consideradas como gravíssimas serão penalizadas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE-SC, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

1.11.2.1.5. Em caso de reincidência em período inferior a três meses, a infração será classificada em nível imediatamente superior à anterior;

1.11.2.2. Nos termos do Projeto Básico / Termo de Referência, são situações, dentre outras, que podem ensejar o descumprimento do contrato, para fins de aplicação de penalidades, em função das infrações elencadas abaixo:

#	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Deixar de apresentar a Nota Fiscal / Fatura para atestação do Gestor do Contrato até o 10º dia do mês subsequente ao da prestação do serviço.	1	Por ocorrência.
2	Deixar de fornecer ao Gestor do Contrato cópia das Notas Fiscais de compra dos materiais cujas garantias sejam dadas pelos fabricantes.	1	Por ocorrência.
3	Executar o serviço sem a utilização de equipamento de proteção individual e coletivo, quando obrigatórios.	2	Por ocorrência.
4	Deixar de refazer serviço, substituir peças, componentes, materiais ou partes de peças que apresentarem defeito.	2	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação.
5	Deixar de fornecer a seus funcionários todas as ferramentas e instrumentos necessários à execução dos serviços, bem como produtos ou materiais indispensáveis à realização destes.	3	Por ocorrência.
6	Não executar, suspender ou interromper, total ou parcialmente, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	3	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação.
7	Transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização deste Tribunal.	4	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação.
8	Destruir ou danificar bens materiais ou documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	5	Por ocorrência.
9	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que	5	Por ocorrência, sem prejuízo da



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

	cause danos físico, lesão corporal ou consequências letais.		possibilidade de rescisão da contratação.
10	Não manter documentação de habilitação atualizada.	5	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação.

1.11.3. Conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

a) no caso de inexecução parcial, multa de 5% (dez por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;

b) no caso de inexecução total, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado;

c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante vencedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

1.11.4. As sanções estabelecidas no subitem 1.11.1 e na alínea “c” do subitem 1.11.3 são de competência do Presidente do TRE-SC.

1.11.5. Em conformidade com o art. 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução do objeto deste Projeto Básico / Termo de Referência, sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor do item em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.

1.11.5.1. Os atrasos de que trata o subitem 1.11.5, quando superiores a 30 (trinta) dias, serão considerados inexecução total do contrato.

1.11.5.2. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.6. Da decisão que aplicar a penalidade prevista na alínea “c” do subitem 1.11.3, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

1.11.7. O prazo para a apresentação de defesa prévia, quanto à aplicação das demais penalidades, será de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

1.11.7.1. Transcorrido *in albis* o prazo para a apresentação de defesa prévia ou após a apresentação da defesa prévia, a autoridade competente, se for o caso, aplicará a respectiva penalidade e estabelecerá prazo de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, contado do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da notificação.

1.11.7.2. Com a decisão do recurso ou do pedido de reconsideração referente à penalidade prevista na alínea “c” do subitem 1.11.3 exaure-se a esfera administrativa.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo II – Instrumento de Medição de Resultado – IMR

Não se aplica a esta contratação.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo III - Modelos de Documentos

Não se aplica a esta contratação.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto da Contratação

Contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de gradis e portões metálicos novos nos Cartórios Eleitorais de São José/SC, conforme especificações e desenhos anexos. O imóvel localiza-se na Av. Litorânea, esquina Rua Luís Fagundes, São José/SC.

2. Fundamentação da Contratação

2.1. Motivação

A contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de gradis e portão metálicos, para o fechamento do terreno de propriedade do TRESC em São José/SC, é motivada pela necessidade de garantir segurança aos servidores e ao patrimônio público.

Os gradis existentes no terreno estão danificados pela ação do tempo e da agressividade ambiental causada pela maresia e esta contratação tem por objetivo substituir o cercamento que está com muitos pontos de corrosão e, em alguns locais, completa deterioração.

2.2. Objetivos e Benefícios

A implantação de novo cercamento e portões na edificação do TRESC, que abriga os cartórios Eleitorais de São José e o Arquivo Central, tem como objetivo proteger e resguardar o patrimônio público, além de garantir a segurança de servidores e usuários da Justiça Eleitoral.

2.3. Alinhamento Estratégico

Alinhamento Estratégico	Objetivos, Ações e Iniciativas
INI1.6 e SGP3	Esta contratação vai ao encontro das necessidades do negócio, não apresentando conflito com o Planejamento Estratégico e com os Objetivos Organizacionais relacionados à Gestão das Aquisições e Contratações.

2.4. Estudos Preliminares do Objeto

Para analisar a viabilidade, a estratégia e os riscos desta contratação foi realizado um Estudo Técnico Preliminar, que está disponível no PAE n. 55.374/2022.

2.5. Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

As quantidades especificadas estão diretamente relacionadas ao perímetro do terreno de propriedade do TRE-SC, Sede dos Cartórios Eleitorais de São José e Arquivo Geral do TRE-SC.

Id.	Bem / Serviço	Demanda Prevista	Quantidade a ser contratada
1	Cercamento	260m	260m
2	Portão de giro	2 unidades (32,24m ²)	2 unidades (32,24m ²)
3	Portão de correr	3 unidades (24,89m ²)	3 unidades (24,89m ²)

2.6. Soluções Disponíveis e/ou Contratadas por outros Órgãos Públicos

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

2.7. Escolha e Justificativa do Objeto

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.8. Caracterização e Composição do Objeto

Fornecimento e instalação de gradis e portões metálicos, para o fechamento do terreno de propriedade do TRESC em São José/SC, seguindo as especificações abaixo elencadas.

- Retirada das cercas existentes no local (observar a segurança, retirando as cercas à medida que são instaladas as novas).
- Manutenção com reparos na fundação/ mureta existente em concreto armado, onde serão fixados os postes e telas para o fechamento do terreno. Inclui pintura com tinta acrílica Premium na cor verde escura.
- Fornecimento e instalação de cercas em tela de aço galvanizado, revestido em PVC de alta aderência (próprio para região litorânea), rolo de 2,03m de altura x 25m, malha 5 x 10 cm, diâmetro do fio de, no mínimo, 2,5 mm. Estão inclusos neste item todos os elementos necessários à instalação e à fixação das telas, como: postes em aço galvanizado, diâmetro 2", espessura 2mm, revestimento em PVC ou pintura naval ou eletrostática a pó de poliéster, aparafusados na mureta de concreto com parafuso do tipo parabolt 3/8 X 3" em aço inox, fechamento em tampa plástica com proteção anti-UV, postes de escoramento, além de outros materiais eventualmente não mencionados, mas essenciais para o bom funcionamento do sistema.
- Fornecimento e instalação de 5 (cinco) portões, 2 (dois) de giro (duas folhas) e 3 (três) de correr. Ferragens em aço inoxidável (gonzos, ferrolhos e fechaduras bate e fecha) roldanas, rodízio e roletes em nylon, conforme projeto em anexo e especificações a seguir:

Id.	Características
1	Telas em aço galvanizado, 5X10cm, revestimento em PVC de alta aderência.
2	Postes de diâmetro igual a 2", espessura 2mm, com 2,08m de altura com pintura naval ou pintura eletrostática a pó de poliéster ou revestidos em PVC, na mesma cor da tela.
3	Portões de giro: fabricado em tubo em aço galvanizado circular de diâmetro 2", espessura 2mm, com pintura naval, eletrostática a pó de poliéster ou revestimento em PVC na cor verde; telas em malha 5x10cm, fio 2,5mm, incluindo gonzo 7/8, trava bate fecha em aço inoxidável, rodízio de 8" em material resistente à corrosão, e demais componentes para o fechamento e o bom funcionamento dos portões.
4	Portões de correr: fabricado em tubo em aço galvanizado circular de diâmetro 2", espessura 2mm, com pintura naval, eletrostática a pó de poliéster ou revestimento em PVC na cor verde; telas em malha 5x10cm fio, com espessura de no mínimo 2,5mm, incluindo trilho 1/2", galvanizado, com o dobro do tamanho do portão, guias e roletes de nylon 3x3,5cm com porca 3/8, roldanas de nylon e aço inox de 120mm canal "U" e trava bate fecha em aço inoxidável e demais componentes para o fechamento e o bom funcionamento dos portões.

Composição do objeto a ser contratado:

Id.	Bem / Serviço
1	Retirada das cercas e portões existentes - 260m.
2	Conserto da mureta (reparos no concreto) - 5m.
3	Telas 5X10cm, 2,5mm - 12 rolos de 25m
4	Postes circulares diâmetro 2", espessura 2mm - 92 un.
5	Postes escoras 2", 2mm - 18 unid.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

6	Portões - 57,13m ² .
7	Fixação por parafusos parabolt 3/8" X 3" de aço inoxidável - 370 un.
8	Fixação por parafusos parabolt 3/8" X 5" de aço inoxidável - 18 un.
9	Fechaduras bate-fecha - 5 un.
10	Ferrolhos para uma das folhas dos portões de giro – 2 un.
11	Rodízios para abertura do portão de giro (Rua Luiz Fagundes), com 8", aço inoxidável e roda de nylon ou poliuretano – 2 un.
12	Demais componentes para o bom funcionamento do sistema

Serão inspecionados: o material das telas e postes; a firmeza na fixação; o número de pontos e os elementos de fixação indicados pelo fabricante; os portões (rigidez, segurança, travamento, fixação; abertura (movimentação e funcionamento); o acabamento final dos materiais (estado geral dos postes, gradis e portões) e dos serviços (revestimentos em argamassa e pintura das muretas).

ATENÇÃO

- Não foram consideradas perdas nos quantitativos.
- A empresa vencedora deverá fornecer todos os materiais e executar os serviços de acordo com os documentos disponibilizados pelo TRESC, com perfeito acabamento.
- ANTES do início da execução dos serviços, a empresa vencedora deverá conferir as medidas no local, bem como avaliar as condicionantes para a execução da contratação.

2.9. Serviços Adicionais

Não se aplica a esta contratação

2.10. Parcelamento e Adjudicação

Não cabe parcelamento do objeto, pois a execução deverá ser contínua e de mesma fabricação e técnica de instalação, sob pena de maus ajustes, firmeza e resultado final do cercamento e correta segurança no fechamento do terreno.

A adjudicação deverá, da mesma forma, ser global, tendo em vista que os serviços são correlatos e interdependentes.

2.11. Seleção do Fornecedor

2.11.1. Critérios de Habilitação

Em relação à **Qualificação Técnica**, deverá ser exigido:

Id.	Critério de Habilitação
1	Apresentar Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao Conselho Regional dos Técnicos – CRT, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, dentro de seu prazo de validade, em conformidade com o art. 30, I, da Lei n. 8.666/1993.
2	Comprovação de possuir no quadro da empresa profissional detentor de Certidão de Acervo Técnico – CAT(s) e/ou Termo de Responsabilidade Técnica – TRT(s), Anotação de Responsabilidade Técnica – ART(s) e/ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT(s) para acompanhar os serviços objetos deste Projeto Básico: a) O profissional supramencionado deverá estar devidamente registrado no CRT, CREA ou no CAU pela execução de serviços de características semelhantes ao objeto desta licitação (Instalação de Gradis, cercas e portões metálicos).



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

	b) O profissional indicado poderá ser substituído por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovado pela Administração do TRESC.
3	a) Apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a execução de serviços já realizados com características semelhantes ao objeto da licitação – Instalação de Gradis, cercas e portões metálicos.

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, deverá ser exigido:

- a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de abertura da licitação; e,
- b) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

2.11.2. Critérios de Preferência e de Desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

2.12. Modalidade e Tipo de Licitação

Recomenda-se que a modalidade de licitação a ser adotada seja o Pregão Eletrônico e o tipo seja o de menor preço ou da proposta mais vantajosa para a Administração, considerando que se trata de fornecimento e instalação de objeto de natureza comum.

2.13. Impacto Ambiental

Os seguintes impactos ambientais podem ser decorrentes desta contratação:

- geração e descarte de resíduos;
- contaminação da rede pública de águas pluviais e esgoto com a lavagem de materiais de pintura.

Os resíduos de construção e demolição devem ser recolhidos por empresas licenciadas e descartados em locais autorizados pela Prefeitura do Município de São José, para reciclagem.

As embalagens vazias de tintas, feitas de plástico, papelão ou aço, devem ser encaminhadas para a reciclagem, através da coleta seletiva de lixo ou do direcionamento a cooperativas de catadores de materiais recicláveis ou pontos de entrega voluntária – PEVs.

Os resíduos da lavagem das ferramentas de pintura não devem ser jogados no tanque ou diretamente em bueiros, de forma a não contaminarem as redes públicas de água e esgoto.

Todo entulho gerado deverá ser removido e receber destinação final ambientalmente adequada, obedecendo às diretrizes estabelecidas pela Resolução CONAMA 307, de 5.7.2002, e pela Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei n. 12.305, de 2.8.2010, de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos.

O entulho deverá ser transportado por empresas qualificadas, que possuam licença ambiental e local de destino autorizados pela Prefeitura Municipal para a sua disposição final.

A subcontratação dos serviços de coleta, transporte e destinação final dos resíduos não isenta a CONTRATADA da responsabilidade por danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado destes resíduos.

2.14. Conformidade Técnica

As normas técnicas a serem seguidas estão abaixo elencadas.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- NBR 7678:1983 – Segurança na execução de obras e serviços de construção;
- NR 06 – Equipamento de Proteção Individual;
- NR 09 – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais;
- NR 18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção;
- Resolução CONAMA n.307, de 5.7.2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil;
- Resolução CONAMA n.469, de 29.7.2015, que altera o art. 3 da Res. CONAMA n.307:2002.

2.15. Obrigações da Proponente

- 2.15.1. A proponente deverá apresentar as especificações disponibilizadas pelo fabricante, em site da web, catálogo ou similar, do produto que pretende oferecer, a fim de comprovar a equivalência com os requisitos especificados no Edital, salvo quando o produto ofertado for o de referência.
- 2.15.2. A equivalência refere-se ao atendimento aos requisitos e critérios mínimos de desempenho especificados e normatizados, coincidência de aspectos visuais (aparência/acabamento), de materiais de fabricação e de funcionalidade. Caso não seja verificada a equivalência técnica, a licitante será desclassificada.
- 2.15.3. Restando alguma dúvida quanto ao objeto proposto, em razão das especificações, da marca ou do modelo / código / referência (se for o caso) indicados na proposta, será fixado prazo para que a proponente apresente amostra do objeto ou declaração expedida pelo fabricante de que o produto cotado possui as características especificadas no Edital, ou, ainda, preste esclarecimentos complementares, como condição necessária para a sua aceitação.
- 2.15.4. É recomendável a realização de visita técnica no local de realização dos serviços, anteriormente à abertura da licitação. A visita técnica deverá ser:
 - previamente agendada com o Chefe da Seção de Engenharia e Arquitetura, através do endereço: cis-sea@tre-sc.jus.br, das 13 às 19 horas;
 - realizada pelo representante indicado pela empresa para os serviços;
 - acompanhada por representante do TRESC designado para esse fim.
- 2.15.5. A empresa que optar pela não realização da visita técnica, vindo a ser a contratada, não poderá alegar em nenhuma hipótese o desconhecimento do local da realização do serviço e suas peculiaridades como justificativa para se eximir das obrigações assumidas em consequência do presente certame.

2.16. Obrigações da Contratante

- 2.16.1. Autorizar o início dos serviços.
- 2.16.2. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no edital licitatório. Os pagamentos serão efetuados da forma definida no instrumento contratual, e vinculados à entrega dos serviços pela CONTRATADA, e sua aprovação pelo CONTRATANTE.
- 2.16.3. Promover a fiscalização da presente aquisição através dos representantes, o servidor titular da função de Chefe da Seção de Engenharia e Arquitetura, ou seu substituto, ou superior imediato, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.
- 2.16.4. Emitir pareceres no processo administrativo referente à execução dos serviços, em especial quanto à aplicação de sanções e alterações contratuais.
- 2.16.5. Conferir, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis os serviços executados pela CONTRATADA e autorizar o faturamento.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- 2.16.6. Exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, a comprovação das condições de habilitação exigidas nessa contratação.

2.17. Obrigações da Contratada

- 2.17.1. Antes de iniciar a fabricação/compra dos elementos, visitar o local de execução dos serviços para a conferência das medidas e conhecimento das condicionantes do projeto e interferências do sistema proposto em relação às instalações existentes.
- 2.17.2. Providenciar e entregar à Seção de Engenharia e Arquitetura/CIS/TRESC, antes de iniciados os serviços, o TRT, a ART ou o RRT devidamente pago(a), contemplando todos os serviços contidos neste Projeto Básico, bem como o número do contrato.
- 2.17.3. Executar os serviços sob a responsabilidade do profissional indicado no item 2.17.2.
- 2.17.4. Fornecer todos os dispositivos e acessórios, ferramentas, equipamentos e serviços essenciais ou complementares, eventualmente não mencionados nem especificados e/ou não indicados em desenhos e/ou tabelas de acabamento e/ou listas de materiais do projeto, mas imprescindíveis à completa e perfeita realização dos serviços.
- 2.17.5. Empregar todos os materiais necessários à execução dos serviços dentro da técnica adequada e das normas pertinentes, responsabilizando-se por reparos e pela reposição dos materiais danificados em virtude da execução dos serviços.
- 2.17.6. Corrigir quaisquer problemas que surjam na edificação em função da instalação das cercas e portões (problemas nos revestimentos de parede - emboço, reboco, pintura; problemas nos revestimentos de piso).
- 2.17.7. Executar os serviços mantendo as áreas de trabalho continuamente limpas e desimpedidas, observando o disposto na legislação e nas normas relativas à proteção ambiental, fazendo, inclusive, a remoção dos entulhos.
- 2.17.8. Manter os empregados uniformizados com a identificação da empresa e com os devidos equipamentos de higiene e segurança do trabalho, conforme NR-18 e legislações federais, estaduais e municipais relativas à segurança e medicina do trabalho.
- 2.17.9. Seguir todos os procedimentos de segurança, tanto para os funcionários, transeuntes e demais pessoas envolvidas no processo, bem como às normas locais, estaduais e federais pertinentes.
- 2.17.10. Promover o imediato afastamento, após o recebimento da notificação, de qualquer dos seus empregados que não corresponder à confiança ou perturbar a ação da equipe de fiscalização do TRESC.
- 2.17.11. Dirigir e manter sob sua inteira responsabilidade o pessoal adequado e capacitado de que necessitar, em todos os níveis de trabalho, para execução dos serviços, não tendo o TRESC nenhum vínculo empregatício com o referido pessoal.
- 2.17.12. Responsabilizar-se pelos encargos provenientes de qualquer acidente que venha a vitimar um ou mais dos empregados alocados na execução dos serviços contratados, assim como indenização que porventura daí originarem e por tudo mais quanto às leis sociais, trabalhistas e fiscais estabelecem.
- 2.17.13. Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados no local de execução do serviço, bem como por aqueles provocados em virtude dos serviços executados e equipamentos empregados.
- 2.17.14. Responsabilizar-se pelo pagamento de eventuais multas aplicadas por quaisquer autoridades federais, estaduais e municipais, em consequência de fato a ela imputável e relacionado com os serviços e fornecimento contratados.
- 2.17.15. Responsabilizar-se pela proteção e conservação dos serviços executados até sua entrega ao TRESC.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- 2.17.16. Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, os serviços contratados, sem prévia anuência do TRESC.
- 2.17.17. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 2.17.18. Substituir o material/refazer o serviço, no prazo de 10 (dez) dias que, após a entrega e aceite, durante o prazo de garantia, venha(m) a apresentar defeitos de fabricação ou quaisquer outros que, reincidentes em número igual ou superior a duas vezes, venham a dificultar ou impossibilitar a sua utilização, desde que para a sua ocorrência não tenha contribuído - por ação ou omissão - o TRESC.
- 2.17.18.1. Estando em mora o licitante vencedor, o prazo para substituição dos produtos e/ou refazimento do serviço não interromperá a multa por atraso prevista na licitação.
- 2.17.18.2. Correrão à conta da contratada todas as despesas decorrentes da substituição do produto e/ou refazimento do serviço.
- 2.17.19. Proceder, ao final dos serviços, à limpeza e à remoção do material desnecessário e indesejável.

2.18. Custo estimado da contratação

Conforme planilha elaborada pela CCM.

3. Especificação Técnica Detalhada

3.1. Requisitos Técnicos

As especificações técnicas estão descritas no item 2.8.

3.1.1. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

A empresa licitante deverá indicar, no momento da licitação, a marca e a especificação completa dos seguintes produtos que serão utilizados na execução do contrato:

- Telas galvanizadas e revestidas em PVC de alta aderência, diâmetro do fio de, no mínimo, 2,5mm, malha 5 x 10 cm, altura igual a 2,03 m. Referência: Belgo Fortinet, da Belgo Cercas.
- Postes em aço galvanizado tubular, diâmetro igual a 2" (duas polegadas), espessura igual a 2mm, com revestimento em PVC de alta aderência ou pintura naval ou eletrostática a pó de poliéster, com tampas plásticas no topo. Referência: Belgo.
- Roldana para portão em dimensões e números adequados ao bom funcionamento do portão, em nylon, marca VONDER ou similar.
- Rodízio do portão, 8", em aço inoxidável, para pisos irregulares, locais sujeitos à intempérie e maresia. SCHIOPPA ou similar.
- Selador Acrílico. Referência: Marca Suvinil ou similar. Aplicação: muretas
- Tinta látex acrílica, acabamento fosco, na cor verde escura. Referência: Suvinil Fosco Completo Acrílico Premium, da Suvinil. Aplicação: muretas.

ATENÇÃO: A(s) empresa(s) proponente(s) deve(m) indicar apenas UMA marca e linha por material, pois a apresentação de mais de uma marca configura alternativa de proposta, dando ensejo à sua desclassificação.

Quaisquer dúvidas poderão ser sanadas junto à Seção de Engenharia e Arquitetura/CIS/TRESC, das 13 às 19h, pelo e-mail cis-sea@tre-sc.jus.br

As marcas de referência, códigos e modelos citados prestam-se tão somente a determinar os requisitos que devem estar presentes no objeto pretendido (servem, portanto, como parâmetro de aferição das especificações exigidas para os produtos solicitados, afastando-se eventuais dúvidas que possam ser suscitadas



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

– destarte, serão aceitos pela Administração, sem restrições, produtos similares ao indicado, que detenham as especificações daquele).

3.1.2. Códigos SIASG

16675: Instalação/manutenção – cerca/alambrado/telas.

3.1.3. Vigência

O Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto pela unidade responsável.

3.2. Modelos de Documentos

Não se aplica a esta contratação.

Florianópolis, em 21 de novembro de 2022.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I – Plano de Fiscalização

1. Execução e Gestão do Contrato

1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRE-SC e da Contratada

Após o recebimento do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRE-SC, a empresa deverá agendar visita técnica ao local de execução dos serviços para a conferência das medidas e avaliação das demais condicionantes do projeto.

A Chefe do Seção de Engenharia e Arquitetura, ou sua substituta ou superior imediato, acompanhará a execução dos serviços e receberá o objeto, conferindo as especificações descritas no Contrato.

A comunicação entre o TRESC e a Contratada poderá ocorrer pelos seguintes canais: por meio de mensagem por e-mail: cis-sea@tre-sc.jus.br; pessoalmente, no local da prestação dos serviços.

1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

Os serviços deverão ser realizados em até 30 (trinta) dias, contados a partir da autorização emitida pela Seção de Engenharia e Arquitetura. A autorização da SEA ficará condicionada ao cumprimento das seguintes obrigações do licitante vencedor no prazo de até 5 (cinco), contados do recebimento do Contrato devidamente assinado pelos representantes do TRESC:

- a. Apresentar declaração formal de disponibilidade do profissional que se responsabilizará pelos serviços.
- b. Providenciar e entregar à Seção de Engenharia e Arquitetura do TRESC o Termo de Responsabilidade Técnica – TRT, a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, devidamente registrados nos devidos conselhos (CRT-SC; CREA-SC; CAU-SC), de execução dos serviços contratados.
- c. Se for o profissional responsável técnico for Engenheiro Civil, apresentar o visto do CREA de Santa Catarina, em conformidade com o que dispõe a Lei n. 5.194, de 24.12.1966, em consonância com o art. 1º da Resolução n. 1121, de 13.12.2019, do CONFEA, se a empresa for sediada em outra jurisdição e, conseqüentemente, inscrita no CREA de origem.
- d. Participar, dentro do período compreendido entre a assinatura do contrato e o início dos serviços, de reunião de alinhamento de expectativas contratuais a ser agendada pela SEA/CIS/TRESC no local onde serão realizados os serviços.
- e. Apresentar à SEA/CIS/TRESC licença de funcionamento da empresa responsável pelo transporte e destinação final dos resíduos de demolição, bem como autorização, emitida pela municipalidade, do local para a disposição dos resíduos.
- f. Fornecer à Seção de Engenharia e Arquitetura do TRESC a relação nominal de todo o pessoal envolvido diretamente na execução dos serviços, informando os respectivos números de Registro Geral do documento de identidade.

A CONTRATADA deverá agendar o início dos serviços em até 5 (cinco) dias úteis contados da autorização emitida pela Seção de Engenharia e Arquitetura, por meio do e-mail cis-sea@tre-sc.jus.br.

Como os serviços serão executados em área externa, as condições climáticas devem ser satisfatórias, visto que a chuva pode acarretar prejuízos à qualidade final dos serviços.

A desmontagem da cerca e portões atuais deverá ser realizada à medida que a nova cerca for sendo instalada.

O TRESC disponibilizará os pontos de energia e fornecimento de água para a execução dos serviços.

Todas as medidas e cotas apresentadas em projetos são indicativas, devendo ser confirmadas no local.

O Gestor do Contrato somente atestará a Nota Fiscal/Fatura para pagamento, quando cumpridas, pela



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

CONTRATADA, todas as condições pactuadas.

1.3. Instrumentos Formais

Será firmado contrato com a empresa vencedora.

1.4. Prazos de Garantia

A CONTRATADA deverá prestar garantia dos serviços pelo período mínimo de 5 (cinco) anos, contados a partir do recebimento definitivo.

É obrigação da CONTRATADA a reparação dos vícios e dos defeitos verificados dentro do prazo de garantia dos serviços, tendo em vista o direito assegurado à Administração pelo art. 69 da Lei nº 8.666/93 e o art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

1.5. Acompanhamento do Contrato

Quaisquer dúvidas de projeto ou que eventualmente surjam durante a execução dos serviços deverão ser sanadas junto ao Gestor da Contratação, qual seja, o servidor titular da função de Chefe da Seção de Engenharia e Arquitetura, pelo telefone (48) 3251 7464 ou e-mail cis-sea@tre-sc.jus.br, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.

O Gestor da Contratação terá autoridade para:

- a) solicitar a imediata retirada de qualquer funcionário que não corresponda, técnica ou disciplinarmente, às exigências. Isso não deverá implicar em modificações de prazo ou de condições contratuais;
- b) exigir o cumprimento de todos os itens desta especificação;
- c) rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado para a execução dos serviços.
- d) esclarecer ou solucionar incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas nos projetos ou demais documentos, necessárias ao desenvolvimento dos serviços;
- e) aprovar materiais similares propostos pela CONTRATADA, avaliando o atendimento à composição, qualidade, garantia, preço e desempenho requeridos pelas especificações técnicas.
- f) determinar a suspensão da execução dos serviços, com a consequente suspensão de contagem do prazo, em caso de necessidade ou quando a realização dos serviços puder causar prejuízo às atividades do TRESC.

A existência desse acompanhamento não exime a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer ou depois dos serviços.

1.6. Recebimento Provisório e Definitivo

a) o recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado;

b) o recebimento definitivo dar-se-á em até:

- 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

- 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

1.7. Pagamento

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

1.8. Transferência de Conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

1.9. Direitos Autorais

Não se aplica a esta contratação.

1.10. Qualificação Técnica

Não se aplica a esta contratação.

1.11. Descumprimento Contratual e Penalidades

1.11.1. Ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não mantiver a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.

1.11.1.1. Serão aplicados os seguintes períodos de impedimento, de acordo com a infração cometida:

- a) não assinar o contrato ou não aceitar ou retirar a nota de empenho, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- b) deixar de entregar documentação exigida: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 1 (um) mês;
- c) fizer declaração falsa ou apresentar documentação falsa: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- e) não mantiver a proposta, inclusive deixando de apresentar amostra do produto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- f) falhar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;
- g) fraudar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 15 (quinze) meses;
- h) comportar-se de modo inidôneo: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses; e



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

i) cometer fraude fiscal: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 20 (vinte) meses.

1.11.1.2. As sanções previstas no subitem 1.11.1.1 poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.1.3. As penas previstas nas alíneas “a”, “b”, “d” e “e” do subitem 1.11.1.1 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, quando não tiver havido nenhum dano à Administração, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.1.4. Quando a ação ou omissão do licitante vencedor ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

1.11.2. Para os casos não previstos no subitem 1.11.1, se o licitante vencedor descumprir as condições do Edital, ficará sujeito às penalidades estabelecidas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.2.1. Consoante previsto na Portaria P n. 136, de 14 de outubro de 2021:

1.11.2.1.1. As infrações consideradas como leves serão penalizadas com a advertência;

1.11.2.1.2. As infrações consideradas como médias serão penalizadas com multa de 5% do valor total do contrato;

1.11.2.1.3. As infrações consideradas como graves serão penalizadas com multa de 10% do valor total do contrato;

1.11.2.1.4. As infrações consideradas como gravíssimas serão penalizadas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE-SC, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

1.11.2.1.5. Em caso de reincidência em período inferior a três meses, a infração será classificada em nível imediatamente superior à anterior;

1.11.2.2. Nos termos do Projeto Básico / Termo de Referência, são situações, dentre outras, que podem ensejar o descumprimento do contrato, para fins de aplicação de penalidades, em função das infrações elencadas abaixo:

#	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Deixar de apresentar a Nota Fiscal / Fatura para atestação do Gestor do Contrato até o 10º dia do mês subsequente ao da prestação do serviço.	1	Por ocorrência.
2	Deixar de fornecer ao Gestor do Contrato cópia das Notas Fiscais de compra dos materiais cujas garantias sejam dadas pelos fabricantes.	1	Por ocorrência.
3	Executar o serviço sem a utilização de equipamento de proteção individual e coletivo, quando obrigatórios.	2	Por ocorrência.
4	Deixar de refazer serviço, substituir peças, componentes, materiais ou partes de peças que apresentarem defeito.	2	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação.
5	Deixar de fornecer a seus funcionários todas as ferramentas e instrumentos necessários à execução dos serviços, bem como produtos ou materiais indispensáveis à realização destes.	3	Por ocorrência.
6	Não executar, suspender ou interromper, total ou parcialmente, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	3	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação.
7	Transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização deste Tribunal.	4	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação.
8	Destruir ou danificar bens materiais ou documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	5	Por ocorrência.
9	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que	5	Por ocorrência, sem prejuízo da



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

	cause danos físico, lesão corporal ou consequências letais.		possibilidade de rescisão da contratação.
10	Não manter documentação de habilitação atualizada.	5	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação.

1.11.3. Conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

a) no caso de inexecução parcial, multa de 5% (dez por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;

b) no caso de inexecução total, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado;

c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante vencedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

1.11.4. As sanções estabelecidas no subitem 1.11.1 e na alínea “c” do subitem 1.11.3 são de competência do Presidente do TRE-SC.

1.11.5. Em conformidade com o art. 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução do objeto deste Projeto Básico / Termo de Referência, sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor do item em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.

1.11.5.1. Os atrasos de que trata o subitem 1.11.5, quando superiores a 30 (trinta) dias, serão considerados inexecução total do contrato.

1.11.5.2. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.6. Da decisão que aplicar a penalidade prevista na alínea “c” do subitem 1.11.3, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

1.11.7. O prazo para a apresentação de defesa prévia, quanto à aplicação das demais penalidades, será de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

1.11.7.1. Transcorrido *in albis* o prazo para a apresentação de defesa prévia ou após a apresentação da defesa prévia, a autoridade competente, se for o caso, aplicará a respectiva penalidade e estabelecerá prazo de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, contado do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da notificação.

1.11.7.2. Com a decisão do recurso ou do pedido de reconsideração referente à penalidade prevista na alínea “c” do subitem 1.11.3 exaure-se a esfera administrativa.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo II – Instrumento de Medição de Resultado – IMR

Não se aplica a esta contratação.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo III - Modelos de Documentos

Não se aplica a esta contratação.

